



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/DILOG/DITEC/PF

ANEXO do IV ao XIV

Processo 08059.000691/2024-63
PE 9000__/2024-DITEC/PF (UASG 200406)

ANEXO IV – Declaração ME/EPP;
ANEXO V – Declaração de Compromissos assumidos;
ANEXO VI – Autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto;
ANEXO VII – Declaração de ciência e concordância com as condições contidas no edital;
ANEXO VIII – Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo;
ANEXO IX – Declaração de Não Emprego de Menor (Inciso III do artigo 7º da CF/88);
ANEXO X – Declaração de Não admitir Trabalho Forçado e Degradante;
ANEXO XI – Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência (Art. 93 da Lei 8.212/91);
ANEXO XII – Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;
ANEXO XIII-A - Declaração de Vistoria;
ANEXO XIII-B - Declaração de Dispensa de Vistoria;
ANEXO XIV - Portaria 14.245/2020-DG/PF. Assinatura Externa SEI

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Processo 08059.000691/2024-63
PE 9000__/2024-DITEC/PF (UASG 200406)

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____
(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº (.....) é **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do
enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando
a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006 no procedimento licitatório **PE**
9000__/2024-DITEC/PF.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).
(assinatura e carimbo)
(nome do representante)
CPF nº (informar)
(cargo)
(nome da empresa)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº
_____, **possui** os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão ou Empresa E endereço	Nº/Ano do Contrato	Data de início da vigência	Data final da vigência	Valor Anual do contrato

Valor total dos Contratos _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos Contratos *

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

(Valor da Receita Bruta - Valor total dos Contratos) x 100 =

Valor da Receita Bruta

ANEXO VI
PE 9000__/2024-DITEC/PF

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX / 2024

Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto
(conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017)

(identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA**, para os fins estabelecidos na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

1) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial;

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

..... de..... de 2024

(assinatura do representante legal do licitante)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

(NOME DA EMPRESA)____, (n.º do CNPJ), sediada _____(endereço completo)_____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, firmado abaixo, DECLARA sob as penas da lei que **está ciente e concorda** com as condições contidas no edital e seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao **PE 9000__/2024-DITEC/PF da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal**.

_____(localidade)____, em ____ de ____ de ____ .

_____(assinatura)____

_____(nome por extenso)____

_____(cargo)____

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

Processo **08059.000691/2024-63**
PE 9000__/2024-DITEC/PF

DECLARAÇÃO

NOME DA EMPRESA_____ **CNPJ** _____ **SEDIADA**_____ (**endereço completo**), declara sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declara também que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).
(assinatura e carimbo)
(nome do representante)
CPF nº (informar)
(cargo)
(nome da empresa)

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO III DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

(razão social), inscrita no CNPJ sob o nº (informar), com sede à (endereço completo), em cumprimento ao Edital de Pregão Eletrônico nº (informar), DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República de 1988.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).
(assinatura e carimbo)
(nome do representante)
CPF nº (informar)
(cargo)
(nome da empresa)

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE NÃO ADMITIR TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

(NOME DA EMPRESA)____, (n.º do CNPJ), sediada _____(endereço completo)_____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, firmado abaixo, DECLARA para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

____(localidade)____, em ____ de ____ de 2024.
____(assinatura)____
____(nome por extenso)____
____(cargo)____

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

(NOME DA EMPRESA)____, (n.º do CNPJ), sediada _____(endereço completo)_____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, firmado abaixo, DECLARA para os devidos fins, que atende à reserva de cargos prevista em lei para **pessoa com deficiência** ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

____(localidade)____, em ____ de ____ de 2024.

____(assinatura)____

____(nome por extenso)____

____(cargo)____

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Processo 08059.000691/2024-63
PE 9000__/2024-DITEC/PF

A empresa (razão social da licitante) _____ sediada no (endereço completo) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos habilitatórios solicitados deste pregão eletrônico.

_____(Local)_____, ____ de _____ de 2024.

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)

ANEXO XIII-A

A vistoria pode ser agendada nos endereços e telefones abaixo:

Unidade Gestora	UASG	ENDEREÇO	TELEFONES
DITEC/PF	200406	SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul. Edifício DITEC/PF; CEP 70.610-902	(61) 2024-9333
CGAD/DLOG/PF	200334	SCN, Quadra 4, Bloco A Torres C do Edifício Multibrasil Corporate - Asa Norte, Brasília - DF, CEP. 70.714-903.	(61) 2024-8100
DTI/PF	200342	SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul. Edifício DTI/PF; CEP 70.610-902	(61) 2024-9064 (61) 2024-9101
ANP/DIREN/PF	200340	Rodovia DF-001, KM 02, Setor Habitacional, Taquari - Lago Norte, Brasília - DF, CEP. 71.559-900	(61) 2024-8801 (61) 2024-8850
SR/PF/DF	200338	SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul. Edifício SR/PF/DF; CEP 70.610-902	(61) 2024-7500 (61) 2024-7503
SR/PF/GO	200376	Av. Edmundo Pinheiro de Abreu, nº 826 - Setor Bela Vista – Goiânia-GO - CEP 74.823-030	(62) 3240-9600
SR/PF/AM	200382	Av. Domingos Jorge Velho nº 40, Bairro D. Pedro II - Planalto - Manaus-AM - CEP 69.042-470	(92) 3655-1515 (92) 3655-1517
SR/PF/BA	200346	Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos - Salvador-BA - CEP: 40.460-001	(71) 3319-6000
SR/PF/TO	200404	Quadra 103 Sul (ACSO1), Av. LO 01, Lote 53, Centro - Palmas-TO - CEP 77.015-028	(63) 3236-5400
SR/PF/MA	200388	Av. Daniel de La Touche, nº 4000, Bairro Cohama, São Luís-MA - CEP 65.074-115	(98) 3131-5100 (98) 3131-5197
SR/PF/AP	200402	Entroncamento da Rodovia BR 210 com Rodovia Norte/Sul - Bairro Infraero – Macapá-AP - CEP 68.908-910	(96) 3213-7500 (96) 3213-7512

SR/PF/PB	200396	Rua Aviador Mário Vieira de Melo, Rodovia BR 230 km 16,5, - João Agripino - João Pessoa-PB, CEP. 58.034-045	(83) 3565-8450
SR/PF/RN	200394	Rua Dr. Lauro Pinto, 155 - Lagoa Nova - Natal-RN - CEP 59.064-250	(84) 3204-5500
SR/PF/RS	200372	Avenida Ipiranga, 1365 - Bairro Azenha, Porto Alegre-RS - CEP 90.160-093	(51) 3235-9000 (51) 3235-9013
SR/PF/RO	200378	Av Lauro Sodré, 2905 - Nacional - Porto Velho-RO - CEP 76.802-449	(69) 3216-6225
SR/PF/RR	200384	Avenida Brasil, nº 551, bairro 13 de Setembro, Boa Vista - Roraima - CEP 69.308-050	(95) 3621-1515
SR/PF/SC	200370	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4744, Agronômica - Florianópolis-SC - CEP 88.025-255	(48) 3281-6500 (48) 3281-6665
SR/PF/MS	200354	R. Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho - Campo Grande-MS - CEP 79.110-503	(67) 3303-5600 (67) 3303-5601
SR/PF/SP	200360	Rua Hugo D'Antola, 95 - Lapa de Baixo - São Paulo-SP - CEP 05.038-090	(11) 3538-5000 (11) 3538-5930
SR/PF/PI	200390	Av. João XXIII, 4500, bairro Recanto das Palmeiras - Teresina-PI - CEP 64.045-795	(86) 2106-4924 (86) 2106-4921
SR/PF/MT	200374	Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1.205 - Bairro Araés - Cuiabá-MT - CEP 78.008-902	(65) 3927-9165 (65) 3927-9265
SR/PF/PA	200386	Av. Almirante Barroso, 3251 - Belém-PA - CEP 66.613-710	(91) 3214-8000 (91) 3214-8014
SR/PF/CE	200392	Av. Borges de Melo, nº 820 - Bairro de Fátima - Fortaleza-CE - CEP 60.415-510	(85) 3392-4934 (85) 3392-4924
SR/PF/ES	200352	Rua Vale do Rio Doce, 01 São Torquato, Vila Velha-ES - CEP 29.114-105	(27) 3041-8000 (27) 3041-8032
SR/PF/RJ	200356	Av. Rodrigues Alves, 1 - Saúde - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20.081-250	(21) 2203-4000
SR/PF/AL	200358	Av. Walter Ananias nº 705 - Bairro Jaraguá - Maceió-AL - CEP 57.022-065	(82) 3216-6767 (82) 3216-6859
SR/PF/MG	200350	Rua Nascimento Gurgel, nº 30 - Bairro Gutierrez - Belo Horizonte-MG - CEP 30.441-170	(31) 3330-5200
SR/PF/SE	200344	Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos - Aracaju-SE - CEP 49.075-100	(79) 3234-8580 (79) 3234-8579

DECLARAÇÃO DE VISTORIA
PE 9000 ___/2024-DITEC/PF (UASG 200406)

TERMO DE VISTORIA TÉCNICA

Certifico sob as penas da lei que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o número _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, do(a) Senhor(a) _____, infra-assinado, portador da carteira de identidade número _____, expedida pela _____ e do cadastro de Pessoa Física, CPF/MF, sob o número _____ visitou as dependências da POLÍCIA FEDERAL EM _____/UF, tomando conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços objeto do Pregão Eletrônico nº. **9000 ___/2024**, estando plenamente consciente da infraestrutura que tem a disposição e das condições para a prestação dos serviços.

Município/UF, _____ de _____ de 2024.

Representante da Polícia Federal
(Matrícula)

ANEXO XIII-B

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA
PE 9000 ___/2024-DITEC/PF (UASG 200406)

A empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o número _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, do(a) Senhor(a) _____, infra-assinado, portador da carteira de identidade número _____, expedida pela _____ e do cadastro de Pessoa Física, CPF/MF, sob o número _____, declara que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Declaro que me foi dado acesso às dependências da POLÍCIA FEDERAL EM _____/UF através de cláusula expressa no

Município/UF, _____ de _____ de 2024.

Representante da Empresa

ANEXO XIV

**ASSINATURA EXTERNA SEI
PE 9000_/2024-DITEC/PF (UASG 200406)**

PORTARIA Nº 14.245-DG/PF, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

(Publicado no BS 220 de 18 de novembro de 2020)

Estabelece o funcionamento do SEI-PF para a gestão de processos administrativos por usuários externos.

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 36 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União nº 200, de 17 de outubro de 2018; e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015; no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012; na Portaria Interministerial nº 2.321, de 30 de dezembro de 2014; e na Portaria Interministerial nº 1.677, de 7 de outubro de 2015; resolve:

Art. 1º Estabelecer o funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações - SEI-PF para a gestão de processos administrativos por usuários externos.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para o disposto nesta portaria, consideram-se as seguintes definições:

I - documento: unidade de registro de informações, independentemente do formato, do suporte ou da natureza;

II - documento digital: informação registrada e codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser:

a) nato-digital: documento criado originariamente em meio eletrônico; ou

b) digitalizado: documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital; e I

II - usuário externo: indivíduo que mediante cadastro prévio está autorizado a assinar documentos externamente em nome próprio ou na qualidade de representante de pessoa jurídica ou de pessoa natural.

CAPÍTULO II CADASTRO DO USUÁRIO EXTERNO

Art. 3º O cadastro como usuário externo é um ato pessoal, intransferível, indelegável e **será feito remotamente e validado mediante a apresentação do original dos documentos:**

I - documento de identificação civil, no qual conste o número do Cadastro de Pessoa

Física - CPF; e

II - Declaração de Concordância e Veracidade (Anexo I).

§ 1º O cadastro prévio deverá ser feito de modo remoto, pelo endereço https://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0.

§ 2º Após o cadastro digital, serão encaminhadas ao requerente instruções para ativar o cadastro para o endereço de e-mail informado na página de cadastro de usuário externo.

§ 3º Ao se dirigir à unidade de protocolo de superintendência regional ou à delegacia descentralizada da Polícia Federal, será exigida a apresentação do documento original de identificação civil, acompanhado do original ou cópia autenticada de Declaração de Concordância e Veracidade (Anexo I) assinado.

§ 4º Alternativamente, os documentos referidos nos incisos I e II poderão ser:

I - entregues por terceiro, mediante a apresentação de procuração conferindo poderes específicos para o ato;

II - enviados pelo correio à unidade da Polícia Federal; ou

III - enviados por e-mail, exigindo-se, no caso de Declaração de Concordância e Veracidade (Anexo I), que esteja assinado com certificado digital ICP-Brasil válido.

§ 5º Os documentos apresentados são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.

§ 6º A Polícia Federal poderá aceitar os cadastros de usuários externos realizados em plataforma do governo de cadastro centralizado, de identificação digital de pessoas físicas e jurídicas.

§ 7º A Polícia Federal poderá solicitar documentação complementar para efetivação do cadastro.

§ 8º O cadastro como usuário externo importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico da Polícia Federal, conforme previsto nesta Portaria e no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

§ 9º A unidade de protocolo de superintendência regional ou a delegacia descentralizada da Polícia Federal, após conferência da documentação exigida, incluirá os documentos digitalizados em processo específico no SEI-PF.

§ 10. O usuário externo já registrado no SEI-PF deverá apresentar à unidade de protocolo de superintendência regional ou à delegacia descentralizada da Polícia Federal a Declaração de Concordância e Veracidade (Anexo I) e documentação complementar no prazo máximo de trinta dias corridos.

§ 11. Caso ocorra identificação de indício de irregularidade, a qualquer momento o usuário externo poderá ter a liberação suspensa até a verificação.

§ 12. A alteração do e-mail cadastrado pelo usuário externo poderá ser realizada:

I - presencialmente pelo interessado mediante a apresentação do Formulário de Solicitação de Alteração do E-mail Cadastrado (Anexo II); ou

II - pelo envio de cópia autenticada do Formulário de Solicitação de Alteração do E-mail Cadastrado (Anexo II) com reconhecimento de firma em cartório:

a) à unidade de protocolo de superintendência regional; ou

b) à delegacia descentralizada da Polícia Federal.

Art. 4º A liberação para acesso externo, bem como suas alterações, será proposta pelas unidades responsáveis pelos processos administrativos perante as unidade de Protocolo de superintendência regional ou à delegacia descentralizada da Polícia Federal, obedecendo ao seguinte:

I - as unidades de protocolo de superintendência regional ou a delegacia descentralizada

da Polícia Federal receberão os pedidos das unidades responsáveis pelos processos administrativos e farão a liberação do cadastro do usuário externo no SEI-PF; e

II - o controle das autorizações de acesso dos usuários externos deverá ser feito pelas unidades responsáveis pelos processos administrativos.

Art. 5º O cadastro de representante como usuário externo é:

I - obrigatório para fornecedores que tenham ou que pretendam ter contrato de fornecimento de bens ou serviços com a Polícia Federal, ressalvados os casos em que o órgão figure como usuário de serviço público; e

II - opcional para os demais casos.

Art. 6º O cadastro de representante como usuário externo permitirá assinar:

I - contratos;

II - convênios;

III - termos;

IV - acordos; e

V - outros instrumentos congêneres celebrados com a Polícia Federal.

Art. 7º É de exclusiva responsabilidade do usuário externo:

I - manter em sigilo a senha de acesso; e

II - informar o e-mail pessoal com o nome da pessoa cadastrada.

§ 1º O e-mail informado pelo usuário externo constitui login para efetuar a assinatura eletrônica de documentos públicos, e, por isso, trata-se de informação de caráter pessoal e intransferível.

§ 2º Em quaisquer hipóteses não serão aceitas alegações de uso indevido de senha de usuário externo.

CAPÍTULO III DA ASSINATURA ELETRÔNICA

Art. 8º Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI-PF terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, por meio da assinatura eletrônica na modalidade assinatura cadastrada, mediante login e senha de acesso do usuário.

§ 1º A assinatura cadastrada a que se refere o caput é de uso pessoal e intransferível, cabendo, portanto, ratificar que são de responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

§ 2º A autenticidade de documentos produzidos no SEI-PF pode ser verificada em página própria no endereço eletrônico:

https://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O uso inadequado do SEI-PF ensejará apuração de responsabilidade, na forma da legislação em vigor.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação-Geral de Administração - CGAD/DLOG/PF.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2020.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

POLÍCIA FEDERAL

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI-PF)

NOME COMPLETO E SEM ABREVIATURAS:

REGISTRO GERAL (IDENTIDADE): CPF:

E-MAIL: TELEFONE(S) COM DDD:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CIDADE/UF: CEP:

DECLARO que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o sigilo da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI-PF, não sendo cabível, em hipótese alguma, a alegação de uso indevido;

II - a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de cadastro de usuário externo, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;

III - a conservação dos documentos originais em papel referentes aos digitalizados pelas unidades de protocolo de superintendência regional ou delegacia descentralizada da Polícia Federal, até que decaia o direito da administração pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados à Polícia Federal para qualquer tipo de conferência;

IV - a observância dos períodos de manutenção programada — que serão realizadas preferencialmente no período da zero hora dos sábados às vinte e duas horas dos domingos ou da zero hora às sete horas nos demais dias da semana — ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema; e

V - a realização do cadastro como usuário externo no SEI-PF da Polícia Federal e a entrega deste documento implicará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme previsto no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

_____, _____ de _____ de _____.

Cidade/UF data mês ano

_____ Assinatura do Usuário

ANEXO II

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO E-MAIL CADASTRADO

SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO E-MAIL CADASTRADO

CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI-PF)

NOME COMPLETO E SEM ABREVIATURAS:

REGISTRO GERAL (IDENTIDADE):

CPF:

SOLICITO A ALTERAÇÃO DO E-MAIL INFORMADO EM MEU CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO JUNTO À POLÍCIA FEDERAL

E-MAIL ANTERIOR:

NOVO E-MAIL:

MOTIVO:

_____, _____ de _____ de _____.
Cidade/UF data mês ano



Documento assinado eletronicamente por **ELIEZER GENTIL DE SOUZA**, **Agente Administrativo(a)**, em 07/06/2024, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35553924&crc=AED25091.

Código verificador: **35553924** e Código CRC: **AED25091**.